

EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES RURAIS EM PARCERIA*

*Elison Antonio Paim***

*Gentília Geltrudes Casagrande****

*Narciso Furlan*****

Resumo

Este artigo tem como base uma pesquisa que realizamos sobre experiências de agricultores, que trabalham no sistema de parceria no interior do município de São Lourenço D' Oeste - SC. Nos valem das metodologias da História Oral para entrevistarmos algumas famílias. A denominação parceria varia conforme a região brasileira, podendo ser meeiros, agregados, etc. Estes sujeitos mostraram-nos por que resistem em abandonar o campo, contaram-nos que produzem seus alimentos, além de outros trabalhos que conseguem realizar para complementar a renda, como bóias-frias, criação de alguns animais, empregados como vigias ou domésticas. Enquanto os pais querem permanecer na roça, os filhos saem de casa muito cedo para trabalhar na cidade. São poucos os que ainda permanecem trabalhando dessa maneira; mesmo não obtendo lucros, consideram que esta é a única forma que lhes resta para sobreviver.

Palavras-chave: Experiência, trabalhadores em parceria, êxodo rural.

* Este artigo é uma versão modificada do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, apresentado ao curso de História da UNOESC - Chapecó em 1998.

** Professor da UNOESC - Chapecó, Mestre em História Social pela PUC de São Paulo, orientador da pesquisa e co-autor do artigo.

*** Professora da rede pública estadual de Santa Catarina, em São Lourenço d'Oeste. Graduada em História pela UNOESC - Chapecó.

**** Professor da rede pública municipal de São Lourenço d'Oeste. Graduado em História pela UNOESC - Chapecó.

1. Considerações Iniciais

O presente artigo baseia-se em pesquisa sobre experiências de trabalhadores rurais em parceria. A escolha deste tema despertou-nos interesse porque convivemos grande parte de nossa vida na agricultura e percebemos que dia após dia os agricultores que trabalhavam desta forma foram deixando a roça.

O município de São Lourenço d'Oeste está situado no extremo Oeste de Santa Catarina. Possui aproximadamente 20.000 habitantes, sendo que 70% residem na cidade, os demais, no interior ou em pequenas vilas no meio rural, sendo formado por pequenos agricultores, com uma produção diversificada e tecnologia agrícola muito reduzida. Inclui-se neste contexto o pequeno parceiro, que sobrevive com muitas dificuldades. No perímetro urbano o município conta com algumas indústrias de médio porte, que proporcionam um número significativo de empregos e uma arrecadação de tributos bastante expressiva, contribuindo para um crescimento constante da cidade. Evidentemente que esse crescimento beneficia apenas uma parcela da população. De início, fizemos um levantamento em todas as comunidades do município de São Lourenço d'Oeste - SC, e em seguida optamos por entrevistar famílias de comunidades mais próximas da cidade, pois as formas de trabalho são semelhantes em todas elas.

Para a elaboração deste texto, consultamos vários autores que abordam sobre a situação das famílias que não possuem terra e trabalham na lavoura. Limitamo-nos num espaço de tempo que varia entre as décadas de 80 e 90. Questionamos desde a forma de trabalho, o motivo da permanência na roça nesta época (de grande êxodo rural), lucros, perspectivas e as dificuldades encontradas nesta atividade.

Para podermos definir o tema abordado, foram pesquisadas as diferentes denominações usadas para esses trabalhadores, verificamos que são várias, tais como arrendatário, parceiro, meeiro, agregado... O termo que é comum ser usado no município pesquisado é agregado. Já para o IBGE, é o trabalho em parceria;

[...] é a área de propriedade de terceiros que está sendo explorada pelo produtor, mediante pagamento de parte da produção obtida (meia, terça, quarta, etc), previamente ajustada entre ambas as partes (IBGE, 1996, p. 38).

Optamos por denominar nossos sujeitos como *trabalhadores em parceria*. Partimos da coleta de dados que foi realizada com três famílias parceiras, residentes no interior do município de São Lourenço d'Oeste - SC, de duas comunidades diferentes. Através de depoimentos orais, procuramos buscar as vivências e experiências de trabalho, as quais foram se acumulando e contribuindo através do tempo, dando a eles motivação para permanecerem na terra, enquanto outros a abandonaram.

A necessidade em buscarmos as informações através de depoimentos é devida a quase inexistência de dados em outras fontes ou, quando existem, não dão a dimensão humana que somente a fonte oral pode dar, pois, como afirma Portelli (1997, p. 31-39) “[...] fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez” ou ainda devido a não unificação do sujeito, onde a História Oral

[...] é contada de uma multiplicidade de pontos de vista, e a imparcialidade tradicionalmente reclamada pelos historiadores é substituída pela parcialidade do narrador. Parcialidade aqui permanece simultaneamente como inconclusa e como tomar partido: a história oral nunca pode ser contada

sem tomar partido, já que os lados existem dentro do contador (Ibidem, p. 31-39).

Percebemos que, apesar de terem uma vida miserável como parceiros, eles ainda preferem trabalhar na agricultura a mudar-se para a cidade, tendo uma visão negativa dela, por não possuir nenhuma profissão nos padrões exigidos. A experiência adquirida permitiu-lhes fazer uma leitura de que, mesmo com a exploração, ainda convém permanecer como pequenos parceiros. Este grupo já presenciou que a cidade não é o melhor lugar para eles viverem. Estes acontecimentos servem como experiência para os trabalhadores rurais em geral.

Em nosso trabalho abordamos a história desses agricultores sem terra, da década de 70 até o ano de 1998, procurando “[...] interrogar os silêncios reais, através do diálogo do conhecimento” (THOMPSON, apud RENK, 1996, p. 85).

E é realmente através do diálogo, das metodologias da História Oral, que se conhece os silêncios que a sociedade impõe sobre esse grupo social. Nossa pesquisa buscou entender de forma mais ampla por que estes trabalhadores permanecem na roça apesar de todas as adversidades.

Gostaríamos de ressaltar que os arrendatários pesquisados se diferenciam dos arrendatários capitalistas. O arrendatário capitalista é aquele que paga uma certa quantia por uma área arrendada que, segundo Beskov, pode ser sob duas maneiras: 1 - mediante contrato estipulam uma quantia fixa, em produto ou dinheiro, a ser paga na época da colheita. O trabalho dele geralmente é feito com máquinas e são usadas técnicas necessárias para a produção, havendo, assim, maior produtividade e mais lucro; 2 - ou é pago na colheita uma porcentagem da produção também pré-estabelecida no contrato de arrendamento, ou seja:

O arrendatário capitalista [...], é somente proprietário dos meios de produção aplicados na exploração agrícola representados por máquinas e equipamentos os mais diversos, e toda a sorte de insumos industriais, como fertilizantes, corretivos e defensivos, entre outros (BESKOV, 1996, p. 117).

Portanto, o arrendatário capitalista é aquele que cultiva grandes extensões de terras mecanizadas e com apoio bancário, com financiamentos a juros acessíveis. É também arrendamento o uso de qualquer móvel ou imóvel onde quem arrenda busca ter lucros.

Este trabalho está estruturado em três momentos, sendo que no primeiro procuramos trabalhar no sentido de trazer à tona as condições de vida de nossos sujeitos. No segundo, abordamos a visão que os parceiros possuem sobre a vida na cidade e os motivos que fazem com que eles não abandonem o campo. No terceiro, destacamos o apego a terra e seu valor objetivo para esses sujeitos que lutam, sofrem, entram em conflito, mas não abandonam a mesma.

2. Condições de Vida

As famílias parceiras possuem formas semelhantes de trabalho, ou seja, cultivam milho e feijão para comercializar o excedente desta produção. Plantam próximo às moradias, pequenos quintais com produtos básicos para a alimentação, as chamadas *miudezas*: mandioca, arroz, hortaliças, frutas e legumes. O cultivo dessas *miudezas* auxilia na economia da família, que evita comprá-las, como nos falou durante a entrevista o Seu Ildo (Comunicação oral, 1997): “[...]Aqui na roça eu tenho de tudo, tenho a minha vaquinha, tem as galinha né, tiro a batatinha, o feijão, a mandioca, a dispesa dá prá dizê, é dentro de casa [...]”.

Para suprir as necessidades básicas no período entre as colheitas, que ocorrem uma vez por ano e são a principal fonte de renda, os parceiros, para obter algum ganho, trabalham como diaristas para outros proprietários rurais.

Esta forma de trabalho é desenvolvida nos períodos de plantio e colheita com mais intensidade, prestam serviços com remuneração diária a outros agricultores ou para o dono da terra onde moram. Ganham em torno de R\$ 7,00 (sete reais) ao dia, com carga horária de 10 horas diárias, como fala Seu Pedro (Comunicação oral, 1997): "Vareia, tem dias que eu ganho R\$ 7,00 por dia, tem dia que eu ganho R\$ 6,00 e tem época que dá prá ganhá R\$ 10,00".

Das pessoas entrevistadas, uma delas permanece trabalhando dessa maneira (mesmo tendo mais de 50 anos de idade e todos os filhos terem saído de casa), enquanto as outras duas têm os filhos em casa, pois estes são pequenos. Assim, com maior número de elementos na família, a dificuldade se intensifica, segundo nos relata seu Ildo: "[...] Eu tenho quatro criança e a muié, não me recompensa i na cidade, porque aqui na roça eu tenho de tudo".

Suas moradias são velhas e bem rústicas, sem infraestrutura. Os proprietários da terra cedida não as reformam, porque o investimento é grande e não se terá um retorno em breve. Um exemplo para comprovar isto é que, das três famílias entrevistadas, apenas uma não possuía energia elétrica. Mas esse não é o maior dos problemas, pois além de todas as dificuldades, o parceiro, na maioria das vezes, não tem garantia de permanência num mesmo local por longo período. Periodicamente, o proprietário requer a área de volta para ele mesmo cultivar e, em troca, oferece nova área para o parceiro trabalhar. Normalmente são aquelas que precisam ser desmatadas, destocadas e adubadas, e as improdutivas. Assim, os parceiros as tornam aptas para o cultivo. Quando a terra se

torna cultivável, o proprietário efetua nova transferência do parceiro.

Próximo das casas dos parceiros, há pequenos chiqueiros e estábulos para abrigar algum bezerro, vaca de leite e porcos. Também existem, próximo às casas, algumas árvores frutíferas. As casas não são apenas para moradia. É um espaço que serve também para o armazenamento da colheita e ferramentas, havendo uma integração e divisão do pequeno espaço entre a família, a produção, objetos pessoais e os de uso na lavoura.

Há dificuldades em encontrar outras propriedades para arrendar, porque os patrões temem que o parceiro, depois de alguns anos, tenha direito a terra através da lei de usucapião.

Nem todas as famílias possuem animais, pois o dono da terra não permite. Outras têm animais para auxiliar no trabalho de parceiro e como diarista, pois o trabalho desenvolvido com arado e bois é melhor remunerado.

Todas as famílias entrevistadas, por não terem condições financeiras, são obrigadas a se submeter às políticas de troca-troca.¹ Muitas vezes comprometem quase toda a colheita só para pagar o empréstimo, além de terem que pagar a porcentagem ao dono da terra.

As condições de vida são bastante precárias, porque o que eles produzem para vender não têm preço, segundo a fala de D. Ivone:

Hoje nada vale nada. Tu vai vendê uma galinha não tem preço, uma dúzia de ovo não adianta. Tu vai levá queijo lá na cidade tu trais de volta. Nada tem valor, nada tem preço. Vai vendê uma bolsa de milho, aí pagam R\$ 7,70, desconta tudo, vira um nada (Comunicação pessoal, 1997).

Esta situação nos remete à lembrança de leituras de Simone Weil (1996, p. 133) que nos conta como os operários

são submissos às ordens dos patrões, sem contestar, como forma de garantia do emprego:

As grandes e pequenas misérias continuamente impostas na fábrica a um organismo humano [...] como se alguém repetisse ao ouvido de minuto a minuto, sem que se possa responder nada: Você não é nada aqui. Você não conta. Você está aí para curvar-se, suportar tudo e calar-se [...].

O trabalho da mulher geralmente é mais penoso, porque além de ajudar na roça, ela tem todo o trabalho doméstico para desenvolver, enquanto o homem dedica-se com mais assiduidade ao cuidado dos animais, e ao trabalho da roça. Quando este não é tão intenso, alguns colaboram também com os afazeres da casa, como descreve Ivone:

[...] eu limpava a casa, lavava a roupa, daí entre nós dois que eu ajudava o marido na roça, depois ele me ajudava em casa, nós arrumava o serviço em casa [...] arrumava o serviço. Treis hora eu pegava as criancinha, os dois e ia prá roça até de noite [...].

Percebe-se, então, a dupla função da esposa do parceiro. Geralmente isso acontece de maneira semelhante com todas as famílias parceiras da região pesquisada, inclusive com as mulheres de pequenos proprietários rurais.

Os depoimentos revelam as especificidades das relações de trabalho no grupo pesquisado, especialmente no trabalho feminino. Em outras regiões do Brasil, no Nordeste por exemplo, o trabalho da mulher na roça não é aceito pelos homens ou, quando acontece, é somente em caso de colheitas, conforme relata Santos:

[...] alguns moradores não aceitam a presença de mulheres nos roçados. Enviá-las para executarem tais atividade, é maltratar a mulher ou os filhos. A elas cabe a atividade doméstica. Só na colhei-

ta, apanhando milho e feijão que são consideradas atividades leves, é que ocorre o trabalho feminino [...] (SANTOS, 1994, p. 32).

No Oeste Catarinense a presença da mulher na roça é mais freqüente, desde a preparação do solo até a colheita, pois apenas o marido não conseguiria produzir para o sustento da mulher e filhos.

Dona Ivone, 46 anos, 8 filhos, nos conta como ela enfrentou e continua enfrentando as adversidades da vida de agricultora parceira: “[...] nós não tinha luiz na casa, não tinha água encanada, tinha que chegar em casa (da roça), já de noitezinha. Quando tinha farinha, fazê um pão. Fazia um poquinho de janta [...]”.

Atualmente essa situação não melhorou para muitos trabalhadores e trabalhadoras, pois, como já citamos anteriormente, ainda existem famílias sem água encanada e energia elétrica.

Mesmo enfrentando tantos problemas, estes trabalhadores sabem que não têm muita escolha, pior seria ficar sem casa para morar.

Na atual conjuntura, estes sujeitos estão sobrando na sociedade, não possuindo um espaço, e sendo obrigados a submeterem-se a condições desumanas de sobrevivência.

A situação do parceiro, por não diferir muito das condições dos operários, nos remete mais uma vez a Simone Weil no texto de Marselha, pois eles também estão submetidos ao sistema capitalista, sentindo-se obrigados a obedecerem certas ordens dos donos das terras e da sociedade que os cerca, para manter a credibilidade, pois o contrato de arrendamento vence e ele precisa ser renovado, ou ir em busca de outra propriedade. O próprio parceiro Pedro confirma que: “Hoje quem tem terra tem medo de colocá um arrendatário, tem medo que encomoda, porque tem o bom e tem o ruim [...] Ele pode incomodá. Pode puxá na lei. Pode tirá até um pedacinho de terra”.

Sempre uma nova moradia exige referências anteriores. Mesmo com dificuldade e exploração, o parceiro necessita de

casa e terra. O que o leva a aceitar esta condição é a necessidade de permanecer nela. As dificuldades são menores para aqueles que moram próximos da cidade. Dona Ivone fala que precisa arrendar outra propriedade: “Não tá fácil. E tem uma coisa: nós queria arrumá outra morada que fosse perto de São Lourenço”. Morar perto da cidade é uma necessidade, pois facilita o deslocamento para vender as *miudezas*.

Geralmente, os parceiros plantam pouco. Com a baixa produção eles não têm condições financeiras de investir na produção, porque o parceiro não dispõe de crédito agrícola, e o que eles produzem mal dá o necessário para sua sobrevivência, quanto menos para investir em novo plantio.

Dona Ivone nos relatou que quando moravam no Paraná, um dos donos de terra para o qual trabalhavam somente cedia a eles áreas de terras de difíceis condições de trabalho:

Plantava uns pedacinho de pedra, uns morrinho de pedra, as mancha assim que eles não iam prantá, daí eles davam prá nós prantá, só que daí quando chovia que nois não tinha otro serviço fora, prá nois fazê prá comê, nós ia lá cá mão arrancá os mato no meio, por que enxada não dava prá coloca; era pura pedra e era só aquele que eles davam prá nós prantá.

Realmente, o “fazê prá comê” não é suficiente somente com o plantio em parceria, por isso buscam outras formas de suprir as necessidades básicas, como, por exemplo, trabalhos de diaristas.

Às vezes, pequenas áreas melhores, ou mais planas, são trabalhadas por alguns parceiros, mas mesmo assim necessitam de correção do solo, pois a terra está bastante esgotada. Esta correção do solo requer uma análise da terra, que deveria ser reconstituída de acordo com os resultados obtidos nas análises. Mas como faltam recursos financeiros para sobreviver e para investir no que não são donos, sem usar adubos químicos, herbicidas e inseticidas, a

produção é mínima, como Seu Pedro diz: “[...] Hoje se não aplicá adubo, uréia, calcáreo, o cara não cóie nada.”

Para o parceiro, a modernização se torna inviável. Prova disso é que os próprios donos da terra estão a cada ano plantando menos, por estarem descapitalizando-se com o plantio, diminuindo assim a quantidade de terras cultivadas. Essa descapitalização é devida ao pouco lucro, à não existência de recursos próprios e à falta de política agrícola que incentive os agricultores a permanecer na atividade. Com a falta de dinheiro para recomeçar nova produção, obrigam-se a plantar sem recursos técnicos. Isto vem ocorrendo, principalmente, na última década, com a abertura das fronteiras para a entrada de produtos do Mercosul, assim passou-se a exigir produtos de melhor qualidade. Sem investimentos, a produção fica muito baixa e sem a qualidade que requer o mercado, gerando assim mais exclusão dos parceiros.

Os próprios parceiros têm clareza dos inconvenientes de não conseguir créditos agrícolas. Veja como é descrito por seu Pedro: “O juro é baixinho prá eles dá o dinheiro, mais na hora de pagá, o cara vai pagá, vai tê que deixá o que colhe, vai te que deixá tudo lá no Banco”.

O parceiro, também sem recursos financeiros, devido às colheitas de produtos sem qualidade, com muitos descontos na hora da comercialização, e o pouco que poderia sobrar é obrigado a pagar a renda ao patrão e algumas dívidas contraídas durante o plantio, obriga-se a plantar sem investir, assim, a produção é baixa e dá pouco retorno final. Por isso, também os donos de terra não têm muito interesse em arrendar pequenas áreas para pequenos parceiros rurais, principalmente nesta região onde o relevo é bastante acidentado, não permitindo o uso de máquinas na lavoura.

O pouco que os parceiros investem na roça pegam em troca-troca, o qual surgiu na década de 80 com o objetivo de

facilitar aos pequenos agricultores a obtenção, principalmente, de sementes selecionadas. Antes deste período, nesta região, os agricultores ainda não tinham o hábito de comprar sementes selecionadas e insumos. Com a entrada destas sementes, aumentou a produção, porque as terras estavam esgotando-se. Com isso, os agricultores sentiram a necessidade de comprá-las. Até então, não havia investimentos no plantio, pois as terras ofereciam boa fertilidade natural, visto que o solo possuía níveis ótimos de matéria orgânica.

A princípio o troca-troca foi implantado pelo Estado, atualmente é oferecido pela prefeitura e alguns comércios, onde o agricultor pega a semente na época do plantio e devolve na colheita, como nos conta o Seu Pedro: “O troca-troca. Uma bolsinha de 20 Kg da semente mais barata tem que dá 5 bolsa de milho de 60 Kg [...] Ah, o Sindicato também oferece o troca-troca.” Esta alternativa oferecida aos agricultores é apresentada como uma solução para aqueles que não têm recursos, mas, na verdade, custa mais caro do que a compra à vista, porque na hora de pagar a semente emprestada aplicam-se muitos descontos no recebimento dos produtos colhidos. Devido a esses descontos, na maioria das vezes, torna-se necessário devolver o dobro do que foi pré-estipulado. E pior ainda, quando acontecem alterações climáticas que comprometem a produção, mesmo assim ele é obrigado a devolver a quantidade estipulada. Se não houver nenhuma produção, também o agricultor tem que vender algum outro bem material para liquidar a dívida, caso contrário, vai a protesto e é cobrado do avalista. Seu Pedro Berteli nos contou ainda como é assumido o compromisso de devolução do produto para o troca-troca: “Tem que assiná, [...] era em grupinho de 3, um avalisava pro outro, se um dos 3 não pagasse, 2 tinha que pagá pra aquele que não pagava”.

Este compromisso assumido pelo grupo é uma forma de comprometer as famílias envolvidas. Os agricultores sentem-

se na obrigação de quitar a dívida, pois o avalista está na mesma situação. E pior ainda, neste comércio não tem perdão, paga-se com produtos ou dinheiro; foi o que nos falou Seu Pedro quando perguntamos, no caso de ocorrer imprevistos na lavoura: “Há! iam cobrá a mesma coisa, tem que pagá em dinheiro”. Não quitando a dívida, o nome fica registrado no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), impedindo assim fazer transações comerciais a prazo.

Os donos da terra quase não permitem a permanência de muitos animais, somente o necessário, como uma junta de bois, uma vaca de leite, poucas galinhas e alguns porcos para o consumo, dificultando ainda mais a vida desses trabalhadores, principalmente quando eles não possuem bois para o trabalho.

Quando perguntamos a Dona Ivone a respeito de convênios hospitalares, ouvimos: “[...] Faz dois anos que eu fui operada. Eu agradeço muito duas pessoas daquele hospital que eu fui operada, não gastei nada, me fizeram gratuita a operação [...]”.

Insistimos na pergunta quanto a convênios hospitalares e ela respondeu: “Nesse tanto eu não tenho explicação.” Concluimos, então, que, na realidade, ela não possui nenhum tipo de convênio, como os demais pequenos agricultores e parceiros, que não pagam nenhum convênio de assistência médica. Quando precisam de atendimento hospitalar sujeitam-se a buscar auxílio na Assistência Social Municipal. São raros os que vão para hospitais públicos e em número menor ainda para os hospitais particulares. Quando conseguem vagas em hospitais públicos, constata-se omissão no atendimento, muitas vezes por falta de recursos. Quando é necessário, buscam o atendimento fora do município e são encaminhados para hospitais, onde ficam na fila à espera de vagas.

Em outros casos, perdem tudo com doença, como aconteceu com Seu Pedro:

Em 1983 eu cheguei em São Paulinho com um milhão e meio, dava de comprar cinco alquere de terra, mais a mulhé ficou doente. Em treis ano e meio eu gastei tudo esse dinheiro e não conseguí mais comprá terra [...].

Para quem não é proprietário, ter a oportunidade de comprar uma área de terra é um sonho, pois isso dá mais segurança e autonomia, garantindo espaço e sobrevivência. A partir disso o produtor trabalhará para melhorar a propriedade, não precisará pagar renda, enfim, é a única forma de aumentar os parcos rendimentos.

Antes da década de 80 as terras produziam mais com menos investimento, por isso Seu Pedro tinha dinheiro para comprar terra. Mas a partir daí, com a desvalorização do produto e a queda de produção, não conseguiu mais, como arrendatário, economizar para adquirir um pedaço de terra. A descapitalização evidencia-se no exemplo usado por alguns moradores mais idosos quando afirmam que, no ano de 1980, com uma bolsa de 60 Kg de feijão que fosse vendida, poderiam ser comprados 40 litros de gasolina, 1 lata de querosene e 30 Kg de açúcar. Ou, no ano de 1982, com 100 bolsas de milho de 60 Kg, poderia ser comprado um carro popular (Fusca) com 2 anos de uso. Baseado nestas observações e convivendo com familiares que trabalham como agricultores, percebe-se realmente a desvalorização do preço dos produtos agrícolas, além do desprezo do governo, da falta de política agrícola que fixe preço mínimo, que valorize os agricultores e faça com que eles permaneçam na terra e não migrem.

As propriedades rurais no Oeste de Santa Catarina são constituídas de pequenas áreas, onde os donos das terras estão abandonando-as, ou deixando de plantar e arrendando, devido ao esgotamento do solo e ao empobrecimento dos pequenos agricultores. Essas propriedades rurais têm em média entre 10 a 25 hectares, mas a área favorável ao

plântio é pouco mais da metade da área total, devido ao relevo local ser muito acidentado. O custo de investimento para produzir é alto, enquanto que é baixo o valor do produto na hora da venda. Para ilustrar, tomamos como exemplo o milho, em que, para se produzir uma bolsa de 60 Kg, o custo é de aproximadamente R\$ 5,50, sabendo que esta bolsa de milho é vendida no comércio local por R\$ 7,50, segundo dados fornecidos pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço d'Oeste, em março/98.

O pequeno parceiro pesquisado é submetido, ainda, ao pagamento da renda para o dono da terra, o que gira em torno de 20 a 30% da produção. Além disso, outros problemas atingem-no, entre eles, a falta de mão-de-obra, pois geralmente seus filhos, quando aptos ao trabalho, buscam emprego nas cidades próximas e nos grandes centros urbanos, tendo como atrativo:

[...] o cálculo a partir da colônia, jogando com a liquidez, a certeza de obtenção da remuneração no final do mês, o oposto da lavoura onde o cálculo é feito no final da safra e conta com as intempéries, as incertezas das safras bem sucedidas, e incertezas da comercialização com preço justo [...] (RENK, 1993, p. 34).

As próprias agroindústrias desenvolvem suas políticas de pessoal, no sentido de contratarem recém-chegados da roça, pois esses trabalhadores, “[...] não matam tempo no serviço, já estão acostumados com os serviços pesados na lavoura, não medindo esforços na intensificação do seu ritmo de trabalho [...]” (RENK, 1993, p. 36).

Diante da falta de política agrícola e dos atrativos oferecidos aos jovens nas cidades, permanecem na agricultura somente as pessoas mais idosas, que já construíram uma vida nesta atividade e não têm estímulos e oportunidade para recomeçar nova profissão. Outro fator que, segundo

Renk (1993, p. 33), motiva a saída dos jovens do campo para a cidade, é:

[...] o fracionamento das áreas que ocorrem nas pequenas propriedades, pelo processo de partilha, inviabilizando a reprodução de todos os elementos da geração seguinte, na condição de colono [...].

Com a saída da roça e venda das áreas, ocorre o acúmulo de terras nas mãos de poucos grandes proprietários, para a criação de gado ou reflorestamento. Às vezes, por estarem sufocados entre fazendas, é um motivo a mais para sair e/ou vender. Assim as colocações para os trabalhadores em parceria são cada vez mais escassas.

Muitos trabalhadores em parceria procuram outras formas de trabalho para o complemento da renda, como diaristas, caseiros, chacreiros, vigias, etc, como faz seu Ildo, conforme ele nos relatou: “Tem que trabaiá de diarista e de empregado, que nem eu trabáio no Clube de Campo, só na temporada, prá podê vivê né”.

Percebemos com isso que sua carga horária diária fica em torno de 15 horas. E ainda, “[...] Só na roça, não sobra, não dá prá vivê [...]”, precisando assim trabalhar fora para complementar a renda e comprar produtos que não são produzidos na terra, tais como: remédios, roupas, calçados, e ainda garantir lazer e educação para os filhos.

Além do produzido para pagar a parceria com o dono da terra, consegue-se produzir um pequeno excedente, que é comercializado. Como nos relatou seu Pedro: “Vendo na Cooperativa, no comércio, o mais é prá Cooperativa”.

Os produtos são vendidos na Cooperativa Agrícola de São Lourenço d’Oeste, a qual fornece financiamentos, tipo troca-troca, através da venda de produtos de uso na lavoura, a longo prazo (1 ano) somente aos sócios. Nenhum par-

ceiro é sócio, mas pode vender seu produto desde que não tenha grande oferta do mesmo, caso contrário só compram do associado, e mesmo assim com muitas restrições (descontos). Com referência à nota fiscal, o não associado que vender seu produto à cooperativa tem que tirar a nota fiscal em nome de um associado, devido ao controle interno da cooperativa. É ainda descontado 1,5% do produto vendido que fica depositado na conta do associado, além dos outros descontos ditos normais. Essa nota fiscal, por não sair em nome do parceiro, acaba fazendo falta no futuro, sendo necessário testemunhas na hora da aposentadoria para comprovar que era agricultor.

Para os trabalhadores em parceria não é vantajoso ser sócio da cooperativa, porque os financiamentos que ela oferece também podem ser feitos no Banco do Brasil, desde que o interessado preencha os requisitos exigidos pelo banco, entre eles, estar em dia com os órgãos públicos municipais, estaduais e federais, e inclusive com as empresas privadas; possuir bens registrados; prestar contas do investimento efetuado com o dinheiro emprestado pelo Banco e possuir avalista. Mas o parceiro já é indeferido no primeiro requisito, que é a posse da terra. Pode-se destacar alguns pontos positivos de ser sócio na cooperativa, onde o produto pode ficar um certo período depositado para aguardar melhor preço. Também a cooperativa dá ao associado a garantia do preço mínimo, caso este fique defasado.

Em contrapartida, o parceiro tem autonomia, livre escolha para comercialização da sua produção, não estando preso a um único local para venda, ou seja, após o pagamento da renda para o patrão, o parceiro tem a liberdade de vender seu produto para quem lhe pagar melhor preço. Os proprietários que são associados da Cooperativa Agrícola têm o compromisso de vender sua produção para a mesma, justamente por causa da cota capital, que ficará retida em sua conta de associ-

ado, a qual poderá ser sacada quando ele se retira de sócio, ou quando completar 60 anos de idade. E quanto mais vender mais receberá no final.

3. “Na cidade é meio ruim”

A partir das falas dos nossos entrevistados, observamos que quando se trata de migrar para a cidade, eles analisam muitos aspectos que, no entender deles, irão piorar ainda mais a situação, por isso preferem permanecer no seu espaço rural, onde já possuem conhecimento da atividade que desenvolvem.

Seu Pedro, que teve a experiência de morar na cidade, diz que esta não lhes dá uma garantia de sobrevivência, por não ter uma profissão. Assim como o entrevistado, outros também preferem o trabalho de parceiro, mesmo tendo pequeno lucro. Para eles, a vantagem de trabalhar na agricultura é de produzir grande parte da alimentação. Quando perguntamos: por que o senhor continua na roça e não vai morar na cidade? Ele nos respondeu:

Na cidade é meio ruim, porque na agricultura você pranta, o que você prantá tem prá comê, e na cidade tem que comprá tudo. Se o cara vai lá prá ganhá um salário mínimo, não vai dá nem prá cumida, e na roça o que o cara coiê, prá cumida ainda sobra um poquinho.

Outro problema é a falta de moradia, pois onde moram não precisam pagar aluguel, já na cidade, sem profissão, sujeitam-se a trabalhos braçais e de remuneração muito baixa, e mais ainda, de diarista, bóias-frias ou empreitadas. Como essa remuneração não é permanente, as condições de vida são péssimas, sem garantia de, pelo menos, alimentação. Como fala Pedro: “É difícil porque já tem bastante agri-

cultor que já foi prá cidade. E então tá sobrando empregado e tá fartando emprego". Esta fala evidencia a consciência sobre o que a cidade tem a oferecer, percebendo que a agricultura ainda dá oportunidade de moradia e alimentação. Além disso, com os problemas da roça, esses trabalhadores já estão acostumados, e conseguem enfrentá-los mais facilmente, enquanto que na cidade as dificuldades são outras, as quais eles não se adaptarão.

Dona Ivone viveu a experiência de morar na cidade, e, segundo ela, foi uma das piores experiências que já viveu:

[...] daí fumo morá na cidade onde que nós dêmo uma cabeçada bem grande, porque daí nós ponhêmo fora tudo o que nós tinha, daí na cidade fiquêmo sem nada. Daí depois na cidade não dava certo, daí fumo prá roça, onde que nós vortemo sem nada.

A entrevistada acima é um dos exemplos de inúmeros casos de agricultores que migram para a cidade e não encontram a sonhada solução para seus problemas. Analisam a vida urbana como confortável, trabalho leve, salário garantido e outras vantagens que imaginam encontrar. Ao se depararem com a real situação, percebem que as dificuldades são piores do que no campo.

Mesmo os agricultores que têm terra se obrigam a buscar emprego na cidade, deixando a propriedade, porque os investimentos na pequena propriedade rural não apresentam lucros. Cada vez mais o trabalho agrícola torna-se viável somente para os grandes proprietários, que produzem grandes quantidades.

Esses agricultores que permanecem na terra têm consciência de que, para ter um bom emprego na cidade, é necessário ter bom estudo. É uma realidade. As empresas da região substituem funcionários com mais tempo de serviço por pessoas mais jovens e com mais estudo, e pagam menores

salários. Os agricultores têm conhecimento disso. Ruscheinsky (1994, p. 33), destaca que esta situação deve-se:

Em termos comparativos, se o velho sonha com a posse da terra, o jovem inclina-se e requer a Carteira de Trabalho. Todavia, com um olhar específico voltado ao Sul do País, há uma significativa mudança na categoria social do campo, na medida em que percebe-se um movimento onde a grande maioria dos integrantes são jovens.

Esses valores que os mais velhos trazem consigo são decorrentes da experiência adquirida ao longo da vida, e é um conhecimento repassado de geração a geração. Já os mais jovens não estão se adaptando ao trabalho com a terra e migram para as cidades.

Outro fator que contribui para que os filhos dos arrendatários não permaneçam na terra é o estudo, porque na cidade eles têm oportunidade de continuar estudando e trabalhar, mesmo recebendo salários baixos. Fazer o primeiro grau para esses jovens é tido como obrigação, mas ao concluir a 8ª série, a maioria deles passa a dedicar-se ao trabalho, abandonando os estudos. Entre eles, uma minoria conclui o 2º grau e raros o 3º grau.

Somente permanecem na terra os agricultores com uma visão negativa da cidade, os demais já se encontram aglomerados nos centros urbanos. Até mesmo proprietários de terras vendem ou deixam suas propriedades vazias e sem arrendá-las. A cidade exerce um grande fascínio e é vista como a solução dos problemas financeiros, como descreve Renk (1993, p. 34):

Os serviços assalariados urbanos, com horário de trabalho fixo, férias, feriados e folgas semanais remuneradas, são avaliados como vantajosos pela população rural. Além disso, em oposição à lavoura, o trabalho urbano é rotulado como trabalho 'leve' que se 'faz brincando'. A remuneração das folgas, do

'tempo livre', é computado favoravelmente, lembrando-se que na lavoura este tempo é 'perdido', não remunerado.

Um dos fatores que desmotiva o agricultor é que ele não vê o pagamento do seu trabalho, porque ele faz uma colheita por ano, (exceto a do feijão que, às vezes, é feita duas vezes ao ano). O que compromete ainda mais a produção, no caso dos parceiros, é a divisão da colheita com o proprietário da terra e com os credores que fornecem o troca-troca. Desde o momento do plantio já estão comprometidos com os investimentos, portanto, a venda não representa ganho real. Enquanto os assalariados têm no final de cada mês a remuneração pelas horas de serviço, os agricultores precisam, primeiramente, investir para esperar um retorno, o que nem sempre é garantido, pois no trabalho do campo não há férias e as folgas são vistas como *sem pagamento*, além de secas e enchentes, visto que, mesmo quando não colhem, são obrigados a pagar os compromissos assumidos.

Ruscheinsky (1994, p. 37), em seu texto *Terra e Política*, citado anteriormente, nos deixa outros fatores que fazem com que o homem do campo, mesmo com terra, a abandone e migre para os grandes centros, como ele mesmo nos fala:

Os pequenos proprietários - Morando em pequenos lotes urbanos ou rurais, se vêem em dificuldades de prosseguir ganhando a vida pelo arrendamento, assalariamento, empreitadas. São considerados trabalhadores com terra insuficiente. O processo de desenvolvimento capitalista, leva parte dos trabalhadores, ditos autônomos à perda de sua condição de proprietários. Isto se dá em vista da exploração do mercado nas relações de troca, do endividamento pelos financiamentos, da diminuição da competitividade técnica, da concentração da propriedade.

Somente permanecem na terra, com menor dificuldade, os agricultores que conseguem produzir usando a me-

canização e aumentando as áreas de produção. E também os que estão integrados às agroindústrias, e alguns pequenos proprietários que ainda sobrevivem em suas terras, de forma semelhante aos parceiros. A característica que os difere dos parceiros é que possuem um número maior de animais, dos quais retiram o sustento da família, caso contrário, se dependessem somente da produção agrícola, também teriam que buscar trabalho como diaristas para complementar a renda familiar.

Dos parceiros entrevistados, percebe-se que são muitos os valores que fazem com que eles permaneçam na terra. Especialmente devido ao apego à ela e a tudo o que ela representa para eles, pois toda a vida foi dedicada a esta forma de trabalho, onde a grande parte dos arrendatários ainda não teve a experiência de exercer outra profissão, como Seu Pedro: "Desde quando casei em 1959, entrei na agricultura, trabalhando na agricultura, e sempre fui arrendatário até hoje"; e Dona Ivone, que reforça ainda mais quando diz: "Ah! nós trabalhamos desde criança direto".

A permanência na terra lhes garante a aposentadoria quando completarem a idade para a mesma, que é 60 anos para os homens e 55 para as mulheres. Quando faltam documentos para a requisição da aposentadoria, o interessado é obrigado a encaminhar um processo a um advogado, pois necessitará de testemunhas, as quais vão confirmar que ele foi agricultor. É um processo demorado, com muito desgaste ao agricultor, e às vezes faltam provas necessárias para a aposentadoria. Nesse caso o proprietário da terra é a pessoa mais indicada para tal.

A relação do homem com a terra objetiva a fonte de toda a sua subsistência. Essa profissão não é reconhecida perante o atual sistema, mas sabemos que esses agricultores possuem grandes habilidades para desenvolver certas atividades como: fazer vinho, cultivar frutas e hortaliças e

produzir derivados de leite, açúcar, aguardente, etc. Mas não são livres para concorrer com os produtos industrializados, que custam mais caro. No entanto, sabemos que os produtos produzidos pelos agricultores têm qualidade nutritiva superior aos outros, por serem naturais e sem agrotóxicos.

Outro fator é que anteriormente à década de 80, a vida no campo era mais gratificante, porque não investia-se tanto para produzir, e o que era produzido era melhor valorizado, sem muitas dificuldades para sobreviver no campo, como falou o entrevistado Ildo: “Produzia mais no ano 80 de que agora, porque no ano 80 era terra nova né, não precisava investi em cima, daí sobrava um pôco, má hoje não sobra mais”.

Hoje o pequeno produtor, trabalhando com pouco lucro, sobrevive porque produz grande parte de seu alimento e complementa sua renda familiar com alguns trabalhos extras, assim livra-se de pagar aluguel, água e até a luz, pois onde mora a energia elétrica não está instalada. Além de tudo sobrevive em condições de pobreza, consumindo o mínimo necessário. O contato direto com os animais é o meio principal para o parceiro na preparação do solo para o plantio e na alimentação da família.

Há liberdade de trabalho para o pequeno produtor, pois ele, não sendo empregado do dono da terra, é livre para trabalhar segundo seus valores adquiridos historicamente e plantar o que quiser no espaço cedido e trabalhá-lo segundo sua maneira, isto é, ele pode cultivar com ou sem correção do solo (pode plantar milho, feijão ou alguma *miudeza*² que preferir). Isto porque o dono da terra só cobra renda do milho e do feijão, de outros produtos não é cobrado renda, pois são plantados em pequenas quantidades, somente para o consumo familiar.

4. Lutas, conflitos e resistências

Os trabalhadores em parceria, ao longo de sua história, construíram uma consciência própria, calcada em alguns valores. Esses valores que eles possuem fazem com que os parceiros e o proprietário tenham um relacionamento de confiança, respeito e honestidade na relação entre ambos e perante a própria comunidade. Também é freqüente o parceiro dar um filho para o proprietário batizar, aumentando e estreitando os laços de relacionamento entre ambos. Desta forma estabelecem-se vínculos afetivos que vão além da mera relação patrão-parceiro.

Quando há esse bom relacionamento na sua convivência, o parceiro permanece mais tempo morando na mesma propriedade, pois é uma pessoa querida e de confiança do patrão. Isso acontece no decorrer do tempo de convivência entre as pessoas, por exemplo, Seu Pedro, que morou 13 anos na mesma comunidade, São Paulinho, onde ainda mora. Quando teve que sair do último arrendamento, ganhou a casa com lote para morar: “Eu ganhei a casa e um pedacinho de terra de 16 metros por 50 metros prá mim morá”. Isso demonstra o bom relacionamento com os proprietários de terra e a comunidade. Exceto em alguns casos, esta confiança não está presente entre patrão e arrendatário. Esta doação não é comum entre os arrendatários, mesmo quando existe bom relacionamento entre ambos, pior ainda quando há conflitos entre o dono da terra e o parceiro.

Esta situação nos reporta a Thompson (1981, p. 194), que assim define valores:

Os valores não são pensados nem chamados, são vividos e surgem dentro do mesmo vínculo, com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas idéias. São as

normas, regras, expectativas [...] aprendidas em primeiro lugar na família, no trabalho e na comunidade imediata.

Sabemos que esses valores não são os mesmos entre o dono da terra e o parceiro, pois são diferentes desde a organização de suas famílias até as formas de trabalho. As diferenças evidenciam-se para além do uso da terra, não passando apenas pelo viés econômico.

O dono da terra tem condições de plantar em maior quantidade. Quando não possui máquina, ele paga para alguém preparar o solo, plantar quando a terra é favorável e até pagar para colher, enquanto o parceiro não dispõe de recursos para tal. Além da lavoura, o dono da terra possui maior quantidade de animais, possibilitando maior renda familiar, com isso não necessita trabalhar como diarista. O proprietário trabalha de forma livre, com autonomia sobre seu modo de produção e na sua própria terra, enquanto que o parceiro está submetido a certas condições que não lhe possibilitam total liberdade. Por exemplo: a melhor área de terra o dono é quem planta, restando apenas para ceder a terra menos favorável, onde quem vai usar faz isso por não ter outra opção. Existem alguns casos em que o parceiro é explorado tanto que chega a passar fome, como observamos o relato de Dona Ivone:

Quantas e quantas noites nós ia dormi sem janta, porque nós não tinha nem o que comê, porque o home não dava dinheiro prá nós, tinha que trabalhá e pagá as coisa, os mantimento e tudo na casa dele, arroz estragado, farinha estragada, ele vendia prá nós. Dava tudo assim e depois ia lá no mercado e perguntava o preço das coisa que tinha e cobrava o preço das coisa boa farinha especial, arroz do bão. E daí nois pagava aquilo conforme ele pedia. Porque dinheiro ele não dava. Nós tinha que pegá só na casa dele.

Esta fala demonstra claramente a submissão para sobreviver, ou uma quase escravidão. Esses valores tornam-se necessários mas nem sempre aceitos pelos trabalhadores em parceria, que resistem para garantir seu espaço. Lógico que isso não ocorre com todos os parceiros, mas a grande maioria se submete a algum tipo de exploração, para permanecer na terra e principalmente no local onde estão, como nos contou Dona Ivone, que sentiu-se obrigada a suportar essa situação por não ter outra opção. Tal exploração vem ocorrendo atualmente em diversos setores da sociedade, por exemplo, nas relações entre patrão-empregado em alguns locais de trabalho. Quando são alvo de tanta exploração, o que lhes resta é mudar para outra propriedade, mas enquanto não surge uma ocasião, são obrigados a permanecer no mesmo local, e também deixam de trabalhar de diaristas para o proprietário e passam a plantar nas terras de outros.

Nota-se que está incorporado nos parceiros, como lição de vida, algumas experiências de pessoas da mesma comunidade, que foram para a cidade e da qual a situação agravou-se cada vez mais, pois grande parte deles não tiveram êxito nesta mudança de trabalho, servindo como modelo aos que permanecem na terra. Estas referências fortalecem ainda mais a permanência deles na terra, mesmo sem lucros mas com a garantia de produzir o essencial para sua subsistência. Conhecem algumas dificuldades que certamente irão encontrar se migrarem para a cidade. A moral e a experiência de vida deles demonstram o conhecimento dos principais problemas da cidade, e seu auto-conhecimento de não adaptação a esse modo de vida. Essa subordinação sofrida por Dona Ivone era necessária naquele momento, porque era difícil encontrar outra saída, tendo que aceitar tratamentos desumanos como temos em vários setores nas relações de trabalho, onde a aceitação de certas imposições são consentidas para garantir a sobrevivência.

A experiência da entrevistada Dona Ivone e sua família, que diz ter dado *uma cabeçada bem grande*, mostra-nos que pensavam ser a roça o pior lugar para sobreviver, no entanto, indo para a cidade, na ilusória busca de emprego satisfatório, acabaram perdendo tudo, ou seja, consumiram o dinheiro que haviam ganhado na venda dos animais que tinham, e outras economias em dinheiro. Como não conseguiram emprego, as despesas da casa tiveram que ser pagas com esse dinheiro. A profissão não era definida, portanto, não conseguiram emprego e perderam tudo o que haviam economizado no trabalho rural.

O relacionamento do parceiro com os patrões é heterogêneo, segundo eles nos relataram; alguns patrões os trataram com dignidade e respeito, enquanto outros os submetem a condições de escravos, onde até fome passaram, como comenta Dona Ivone:

Muitos tratavam uma coisa, depois não é. Nós passava fome, porque nós era obrigado a trabalhá só praquele homem. Eles eram bem de vida, tinham boi, carro, animal (cavalo), e nós tinha que trabalhá só prá ele [...].

A maioria dos acordos entre parceiros e proprietários são verbais, e por isso, nem sempre são cumpridos por ambas as partes. Por exemplo: o valor da percentagem da parceria, o preço por um dia de serviço e outros. O parceiro também nem sempre trabalha de acordo com o que foi combinado, que pode não ser pago corretamente e no caso de não cultivar de maneira correta o solo, terá uma baixa produtividade.

O relacionamento entre patrões e parceiros, no caso dos nossos entrevistados, pode ser considerado bom, nenhum relatou que estaria insatisfeito com os proprietários que têm pois, segundo eles, há liberdade para trabalhar de diaristas para outras pessoas, garantindo assim a subsistência e a permanência na terra. Trabalham como bóias-fri-

as, servem outros donos de terra, principalmente em época de colheita e plantio, pois os proprietários rurais estão diminuindo a produção devido à falta de *política agrícola* que os incentive a plantar, pois não há lucro, como podemos observar:

A situação se altera desde então, de maneira diversa e segundo a região, [...] ou houve deterioração para os produtos diretos com; 1 - A inversão dos termos de troca; 2 - O aumento da pressão demográfica; 3 - A diferenciação da propriedade fundiária (Concentração versos fragmentação); 4 - A redução dos salários reais e o trabalho diarista para membros da família (CARDOSO, 1997, sem página).

É claro que a mecanização da agricultura também favoreceu para que houvesse menor necessidade de trabalho de diarista. O aumento da população oferece maior oferta de mão-de-obra e também a mecanização requer menor quantidade de trabalhadores.

Outro fator que dificulta o trabalho em parceria do pequeno produtor é o receio do dono da terra de que o parceiro, depois de um determinado tempo, procure legalmente seus direitos e até a posse da terra. Este direito é adquirido após um determinado tempo de permanência na mesma propriedade alheia. O ocupante passa a ter direitos sobre o imóvel, como diz seu Pedro, quando lhe perguntamos por que hoje os donos de terra não têm interesse em arrendar:

Hoje quem tem terra, tem medo de colocá um arrendatário, tem medo que incomoda, porque tem o bom e tem o ruim [...] Ele pode incomodá, pode puxá na lei. Pode tirá até um pedacinho da terra.

As formas de incomodar que essas pessoas têm em mente é que depois de um certo tempo de moradia numa propriedade, requerem direitos como posse do local onde residem, ou dinheiro para se retirar. Mas como o parcei-

ro não tem direito a nada (porque não tem nenhum vínculo empregatício), não é assalariado mensal e a terra tem dono e documentação, “o puxá na lei” significa cobrar direitos do proprietário.

Geralmente, tanto o parceiro como o proprietário acreditam que a permanência por cinco anos num imóvel dá o direito ao ocupante de se apropriar de parte da área. Mas segundo o Art. 550 do Código Civil, presume-se que aquele “[...] que por vinte anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquirirá o domínio sobre o imóvel”.

Em São Lourenço d’Oeste pessoas ignoram a lei, e nesses casos alguns parceiros já cobraram do dono da terra valores em dinheiro ou animais para se retirarem da propriedade. O proprietário pagou para livrar-se do parceiro. Esses acontecimentos ocorrem quando não há bom relacionamento entre ambos.

5. Considerações Finais

As décadas de 80 e 90 foram um período em que a pequena propriedade rural foi desaparecendo. No entanto, nota-se a resistência de um pequeno grupo de trabalhadores rurais desprovidos de terra que permanecem na atividade. Essa situação despertou-nos curiosidade em pesquisar a motivação e consequentemente as dificuldades do cotidiano desse grupo de trabalhadores.

Com a pesquisa e leituras de autores que trabalharam o mesmo problema social, chegamos a algumas conclusões, as quais nos mostram que a relação de alguns agricultores com a terra é muito forte, pois sentem-se dependentes dela. É da terra que produzem o básico de sua alimentação, principalmente os mais velhos. Estes não percebem a cidade

como sendo o local ideal para eles. Já a juventude sai em busca de um trabalho urbano.

Os parceiros, apesar de pagarem parte do que produzem ao proprietário da terra, ainda contam com um pequeno excedente para a comercialização no comércio local. Não dão importância à precariedade das casas que residem. A maior preocupação é ter um espaço para produzirem os alimentos ao seu modo e com a liberdade de administração do seu tempo.

Uma das maiores dificuldades que encontram é quando não há um bom relacionamento com o proprietário da casa em que residem. Nesse caso, quando há conflito maior, migram para outro local.

Outra característica desses trabalhadores é que eles não têm um espírito capitalista, e não se deixam levar pelo consumismo divulgado pela mídia. Para eles, o interesse é sobreviver de acordo com seu modo de vida.

Muitos destes trabalhadores se deslocam até a cidade, para vender o excedente da produção e também as *miudezas*. Com a venda desses produtos, compram outros, industrializados.

Cultivam suas pequenas lavouras de forma rudimentar, somente com trabalho braçal e de tração animal, utilizando máquinas manuais como: arado, enxada, foice, máquinas de plantação manual e aplicam alguns defensivos agrícolas com as mesmas.

Queremos destacar ainda a persistência e dedicação desse grupo de trabalhadores que é atingido pelas más políticas do governo, em relação aos pequenos trabalhadores rurais. E a perspectiva é, em pouco tempo, a extinção desses trabalhadores, porque somente os mais velhos continuam nessa atividade, numa época em que até mesmo os pequenos e médios produtores rurais, proprietários de terra, estão abandonando a atividade agrícola.

Esperamos, com esta pesquisa, ter conseguido chamar a atenção para este grupo de trabalhadores rurais que, pelas

condições em que vivem, são profundamente explorados. Através de suas experiências, identificamos uma vontade imensa em resistir a tudo e a todas as adversidades, o que bem ou mal vêm conseguindo, pois mantêm-se lutando por aquilo que acreditam: um pedaço de chão para viver.

6. Notas

1 Sistema em que o agricultor pega uma quantidade de sementes na época de plantio junto às cooperativas, casas agropecuárias e governo do Estado de Santa Catarina, para devolver em produtos na época da colheita. Existe uma desproporção muito grande entre a quantidade de sementes e a quantidade de grãos que o agricultor deverá entregar como pagamento.

2 Miudezas são pequenas plantações feitas próximas às casas, de hortaliças e frutas. Também plantam arroz, mandioca, batata, pipoca, amendoim e moranga. São plantadas em pequenas quantidades.

7. Referências

BASSANI, Paulo. Pobreza rural: o caso de Londrina. In: *Segundo encontro de cientistas sociais*. Anais, volume II, Chapecó: UNOESC, UNIJUÍ, UNAM. 18 a 21 de maio de 1994.

BESKOW, Paulo Roberto. *O arrendamento capitalista na agricultura*. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAIFAS, Ronaldo. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

IBGE. Manual do recenseador. Brasília, 1996.

POLI, Odilon Luiz. *Aprendendo a andar com as próprias pernas: o processo de mobilização dos movimentos sociais no Oeste Catarinense*. Campinas: Unicamp, 1995. (Dissertação).

PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente. In: *Projeto História - 14: cultura e representação*. São Paulo: EDUC, 1997.

RENK, Arlene Anélia. A experiência em Thompson. In: *História e debates*. Curitiba: APAH, 1996.

____. *Questões sobre a migração urbana e o exôdo rural em Chapecó*. 1993. Digitado.

RUSCHEINSKY, Aloísio. *Terra e política*. Campinas: Unicamp, 1994. Dissertação.

SANTOS, Daniel Francisco dos. *Experiência de trabalhadores na seca*. São Paulo: PUC, 1994. Dissertação.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SÃO LOURENÇO D'OESTE. Levantamento socioeconômico dos associados, 1998.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WEIL, Simone. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

7.1. Entrevistas

ILDO. São Lourenço d'Oeste, 1997.

IVONE. São Lourenço d'Oeste, 1997.

PEDRO. São Lourenço d'Oeste, 1997.

Abstract

This article is based in a research that we carried out experiences with peasants, who work in system of partnership in the countryside of São Lourenço D'Oeste - SC. We used methodologies Oral History to interview some families. The denomination "partnership" changes according to the brazilian region, they can be called share copper, aggregate, etc. This people showed why they resists in abandoning the countryside, they told us that they produce their food and another works to complement their incomes as "itinerant farm labourer", breeding of some animals, vigilants or maids. While the parents want to stay in countryside, sons and daughters leave home to work in the city. Just few people still continue working like this, even without gains. They think this is the only way they have to survive.

Key Words: Experience, workers in partnership, rural exodus.